- XIX -**CONEXÕES ENTRE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E
POLÍTICA EDUCACIONAL****Georgia Sobreira dos Santos Cêa**

Universidade Federal de Alagoas

E-mail: gecea@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A execução compartilhada de políticas sociais por meio da ação conjunta do poder público e da sociedade civil esteve na origem da constituição de inúmeros Estados nacionais ocidentais, de modo que a provisão de políticas sociais incluiu tanto o voluntarismo de parcelas da sociedade – incorporada aí a filantropia – como a combinação deste com a ação de governos (SPICKER, 1995). No Brasil, este é um traço da consolidação das políticas sociais no país (RIZOTTI, 2001). Considerando que a escolarização da população se torna objeto intrínseco a uma das políticas sociais dos Estados nacionais, o que há de novo, então, na adoção de parcerias público-privadas na área educacional?

O enfrentamento desta problemática parte do pressuposto de que a reconfiguração das relações entre público e privado, do que as parcerias público-privadas são expressão, encontra mediações com a emergência da crise capitalista em curso e com as recentes tentativas de enfrentamento desse contexto, as quais, nas décadas recentes, buscam conjugar premissas neoliberais com pressupostos da socialdemocracia renovada pelo movimento da Terceira Via (CASTELO, 2013).

Com base estudo teórico de matiz crítico, este texto objetiva argumentar em favor da compreensão das parcerias público-privadas em educação como um fenômeno a ser apreendido a partir de suas relações com as estratégias em curso de afirmação da hegemonia burguesa.

DESENVOLVIMENTO

A experiência britânica de condução das políticas de Estado por meio de parcerias público-privadas, iniciada em 1992 (MUSSON, 2009), é prática corrente, na atualidade, em 134 países em desenvolvimento, tanto em projetos de infraestrutura como nas áreas sociais (BANCO MUNDIAL, 2015). A indução à adoção de parcerias público-privadas no setor educacional é frente importante de orientações e ações de organismos internacionais, podendo ser indicada como parte integrante do que Dale (2000) denomina de agenda globalmente estruturada para a educação. Experiências de parcerias público-privadas em educação são registradas em países de todos os continentes (PATRINOS; BARRERA-OSORIO; GUÁQUETA, 2009). Especificamente no Brasil, são seminais para a compreensão do tema os estudos de Adrião e Peroni (2005) e de Peroni, Bazzo e Pegoraro (2006).

Da mesma forma que se proliferam pelo mundo, as parcerias público-privadas em educação têm sido alvo de estudos que se dedicam, grosso modo, ou a enaltecer intencionalidades corporativas na boa condução da coisa pública, ou a problematizar finalidades, resultados e ameaças da lógica privada aos interesses coletivos (GURN, 2016). Nenhuma das perspectivas, entretanto, é capaz nem de enevoar, nem de explicitar suficientemente os benefícios auferidos pelos parceiros privados nas relações com o poder público para a provisão de bens e serviços à sociedade. Inclui-se aí benefícios financeiros, como informa o representante de uma entidade social britânica ao tratar da problemática envolvendo a qualidade das parcerias público-privadas nas áreas sociais naquele país: trata-se de uma “fábrica de dinheiro”, capaz de prover, por exemplo, margens de lucro entre 66% e 34%, nos casos da construção de hospitais e escolas (BBC RADIO4, 2011). A possibilidade de recursos públicos estarem na origem de recursos financeiros de empresas educacionais aplicados nas maiores bolsas de valores do mundo (CÊA, 2016) dá a dimensão da janela de oportunidades que a indústria de parcerias público-privadas (ROBERTSON et al, 2012) pode representar para o setor.

A importância em escala e em escopo das parcerias público-privadas em educação força que sejam consideradas menos como um instrumento de gestão e mais como um fenômeno tão amplo quanto complexo. Hodge, Greve e Boardman (2010, p. 4) sugerem que as parcerias público-privadas “[...] são uma ferramenta política, um fenômeno técnico e um dispositivo de enquadramento retórico para os governos”. É nesse sentido que as parcerias

público-privadas podem ser identificadas como parte de um movimento de governança global da educação (ROBERTSON et al, 2012).

Apartadas do discurso eufemista da sinergia entre setores público e privado, as parcerias público-privadas podem ser definidas como expressões de uma nova filantropia que permeia a educação pública (BALL, 2008) ou como “monstros híbridos” que afetam “[...] a própria natureza da educação pública em si mesma” (ROBERTSON, 2002, p. 7). De uma forma ou de outra, fato é que claramente as parcerias público-privadas em educação estão “[...] mudando as estruturas através das quais as chances de vida educacional são organizadas e governadas” (ROBERTSON et al, 2012, p. 14).

À GUIA DE CONCLUSÃO

A sumarização das origens, da abrangência, dos dilemas e dos sentidos das parcerias público-privadas em educação, realizada até aqui, pretende indicar como ideia conclusiva deste texto – limitada e temporária, decerto – a imanência de tais parcerias para a compreensão das políticas educacionais e, especificamente, da maneira como estas vêm sendo geridas. Em outros termos, os argumentos apresentados sustentam que a análise da política educacional contemporânea pressupõe a consideração de parcerias público-privadas, desde a definição dos rumos a serem impressos à educação como política de Estado, até as práticas emanadas do cotidiano das escolas, passando pela definição de planos, programas e projetos educacionais.

Uma vez assumidas essas apostas interpretativas, a análise de diferentes formas de regulação da educação requer uma base interpretativa que considere mediações das parcerias público-privadas em educação com as disputas sociais em torno das formas de produção material da vida e de manifestação das relações de poder que classes e grupos sociais querem fazer prevalecer. Em assim sendo, as parcerias público-privadas são alçadas à condição de constitutivas e constituintes de uma “nova” economia política da educação, visto que as mesmas têm atuado como um componente importante da tentativa capitalista de superar sua crise atual, reconfigurando e exacerbando o papel da educação nesse processo. Espera-se que este texto, mesmo que breve, seja um convite para o debate desta tese.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. M. F.; PERONI, V. M. V. (Org.). **Público e privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

BALL, S.. New philanthropy, new networks and new governance in education. **Political Studies**, v. 56, n. 4, p. 747–765, 2008.

BANCO MUNDIAL. **Global Monitoring Report 2015/2016**. The World Bank, 2015.

BBC RADIO4. Arquivo 4, episódio “**PFI profits**”, 14 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/programmes/b011vf2f>>.

CASTELO, R. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CÊA, G. S. S. Public-private partnerships in education as an economic, political and cultural phenomenon: exploring gramscian theoretical contributions. **Abstracts and Papers...** 2nd International Conference on Cultural Political Economy 2016, University of Bristol, 2016.

DALE, R. Globalization and education: demonstrating a Common World Educational Culture’ or locating a Globally Structured Educational Agenda? **Educational Theory**, v. 50, n. 4, p. 427-448, 2000.

GIDDENS, A. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GURN, A. M. Courting Corporate Philanthropy in Public Education: Multi-Disciplinary Literature Review of Public–Private Partnerships (PPPs) in Urban Public Schooling. **SAGE Open**, v. 6, n. 2, April-June 2016, p. 1–15.

HODGE, G.; GREVE, C.; BOARDMAN, A. Introduction. In: _____. **International Handbook on Public-Private Partnerships**. Elgaronline: Cheltenham, 2010.

MUSSON, S. The geography pf the Private Finance Initiative. **Geographical Paper**, n. 188, University of Reading, p. 1-22, 2009.
<http://www.reading.ac.uk/web/FILES/geographyandenvironmentalscience/GP188.pdf>

PATRINOS, H.; BARRERA-OSORIO, F.; GUÁQUETA, J. **The role and impact of public-private partnerships in education**. Washington: World Bank, 2009.

PERONI, V. M. V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (Org.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

RIZOTTI, M. L. A. Estado e sociedade civil na história das políticas sociais brasileiras. **Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina**, v. 22, p. 39-56, set. 2001.

ROBERTSON, S. L. Soluções sinérgicas ou monstros híbridos: educação modernizadora pela via das parcerias público-privado. **A Página da Educação**, v. 11, n. 114, p. 7, jul. 2002.

ROBERTSON, S. L.; MUNDY, K.; VERGER, A.; MENASHY F. (Org.). *Public private partnerships in education: new actors and modes of governance in a globalizing world*, Cheltenham: Edward Elgar, 2012.

SPICKER, P. **Social policy**: themes and approaches. London: Harvester Wheatsheaf, 1995.